

Funpresp é prejuízo para os SPF

Página 4



Apub promove seminário para aprofundar debate sobre novo fundo de Previdência para servidores federais



Assembleia discute carreira, Previdência Complementar e carga horária

Página 3



Professores conseguem revisão da Lei 12.722/12

Página 7



Diretoria da Apub segue com reuniões nos departamentos
Página 6



SEMINÁRIO MOVIMENTO DOCENTE:

Seminário reúne representantes de docentes
Página 7



Campanha de vacinação contra a gripe
Página 8

EDITORIAL

Mobilização e democracia

A atuação da diretoria da Apub, nos primeiros meses de gestão, mostra o desejo de permanente convocação para que os professores conheçam e se integrem às atividades da entidade. Como pode ser constatado nas páginas deste jornal, a diretoria tem buscado intensificar e diversificar os espaços de informação, interlocução e debate com os associados.

A busca de informação está presente no debate sobre o Funpresp; na assembleia geral, na qual a partir dos debates tomou-se posição sobre o fundo, a carreira e propostas acrescentadas à pauta; no registro das reuniões realizadas entre a diretoria e departamentos das IFE; na promoção de seminário, no qual dirigentes de associações e sindicatos de docentes trocaram experiências

sobre o modo de enfrentar os obstáculos do momento atual, inclusive o da representatividade docente diante da expansão e mudanças nas instituições federais de ensino.

A existência de informações adequadas é a chave para garantir a representatividade e, mais, do que isto, para que as decisões possam ser tomadas democraticamente e com eficácia. Mas, o exercício ple-

no da democracia exige ampla participação e aceitação do contraditório; a visão de que as posições dos adversários podem ser consideradas erradas sem rejeitá-las, aprioristicamente, como mal intencionadas; a aceitação de uma decisão majoritária, ainda que, depois se lute para revertê-la, pois a democracia é experiência e processo contínuos.

Neste sentido, mais do que

anunciar o que tem sido realizado e projetado no plano de trabalho da entidade, esperamos que as matérias desse jornal cumpram o papel principal de convocar e mobilizar os docentes a se integrarem ativamente às ações do sindicato. O aumento da participação nas instâncias e lutas é nosso objetivo e a razão do apelo que fazemos a todos os colegas.

Apub manifesta apoio ao professor e jornalista Emiliano José

As liberdades de imprensa, de pesquisa e de revelação da verdade se incluem entre as condições para que a universidade possa cumprir sua função de produzir e difundir conhecimento na sociedade. Esta é a razão pela qual a Apub, entidade representativa dos professores das instituições federais de ensino da Bahia, manifesta seu apoio e solidariedade ao professor e jornalista Emiliano José, ora processado pelo ex-policial militar, Átila Brandão.

O malfadado processo nos oferece a oportunidade de testemunhar a importância do trabalho, de jornalista e pesquisador, do nosso colega.

Ele é autor de importantes livros sobre o processo político na Nova República "Imprensa e poder: ligações perigosas" e "Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988". Ex-preso político que vivenciou tortura e prisão, destaca-se também, na elaboração de livros, reconstituindo a história da resistência a Ditadura Militar, tanto na biografia de personalidades ("As asas invisí-

veis de Padre Renzo", "Lamarca, o capitão da guerrilha", "Carlos Marighella, o inimigo número 1 da Ditadura Militar") quanto na publicização das experiências dos presos políticos baianos na série de livros sobre a "Galeria F".

Nos seus livros e em dezenas de artigos publicados em revistas nacionais e em prestigioso jornal baiano, sempre demonstrou competência e cuidado no uso das fontes, honrando sua condição de jornalista e professor da Universidade Federal da Bahia. Do mesmo modo, procedeu ao reportar acusação de tortura, confirmada pela vítima, o professor Renato Afonso de Carvalho, na matéria utilizada, pelo ex-policial Átila, para processá-lo.

O professor Emiliano José que, para nossa honra, é filiado à Apub, concretiza, na sua atuação, a tripla função da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Este é o nosso testemunho.

Salvador, 7 de maio de 2013
Cláudia Miranda Souza
Presidente

Entidades convidadas:
Proifes Federação,
Andes-SN
e Auditoria Cidadã

5 de junho, 16h
Local a confirmar.
Aguarde!

APUB SINDICATO

Forró DA APUB

13 de Junho de 2013, 19h
na sede da Apub

Comidas e bebidas típicas

APUB SINDICATO

Rua Padre Feijó
n 49 - Canela
40110-170, Salvador - Bahia.
(71) 3235-7433 (71) 3235-7286
apub@apub.org.br
www.apub.org.br

CARREIRA

Reivindicação é atendida e a Lei 12.772/12 será modificada

O governo federal anunciou que vai promover alterações na Lei 12.772/12, que prevê novas regras para a carreira docente. No último dia 27 de março, formalizando a pressão da categoria, o Proifes Federação fez uma solicitação de mudanças ao Ministério da Educação, através do ofício 20/2013. Entre estas, o reconhecimento de que as IFE podem exigir nos concursos os títulos de mestre ou doutor.

Essas ações reafirmam a autonomia das universidades, uma das bandeiras principais dos docentes das IFE. O compromisso do governo foi expresso durante reunião, realizada no dia 18 de abril, com o Grupo de Trabalho que discute os temas pendentes do acordo 01/2012, assinado em agosto de 2012.

Segundo o MEC (Ministério da Educação), a determinação na legislação seguiu a lógica das outras categorias dos servidores públicos federais, de que o ingresso na carreira é pelo primeiro patamar. Assim, foram desconsideradas as titulações

para os processos seletivos. Mas, segundo a matéria divulgada pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 18 de abril, a informação do secretário de Ensino Superior do MEC, Paulo Speller, a intenção é reconhecer explicitamente a autonomia das universidades na definição dos concursos.

Ainda segundo a matéria, “se ela [a instituição de ensino] quiser que entrem mestres, o concurso deve ser para o segundo patamar (Assistente). Se quiser doutores, a seleção será para o terceiro patamar (Adjunto)”. Aprovou-se ainda a criação de uma regra de transição para garantir os direitos dos que fizeram concursos antes da entrada em vigência da lei.

O governo se comprometeu a implementar o mais breve possível as medidas necessárias para tais correções, a fim de acabar com a insegurança jurídica na realização de concursos. No entanto, o Executivo ainda não sabe qual o instrumento legal vai usar para fazer as mudanças na carreira.



Grupo de Trabalho se reúne com representantes do governo para discutir temas pendentes

Medida provisória

O Grupo de Trabalho que discute temas pendentes da negociação de carreira finalizou as duas minutas de portarias resultantes do debate, que é parte do Termo de Acordo 01/2012, fruto da negociação dos professores federais com o Governo, que deu origem à reestruturação das Carreiras do Magistério Federal, pela Lei 12.772/2012.

O documento, que tratava das

diretrizes gerais de avaliação de desempenho para progressão e promoção nas carreiras de Magistério Superior e do EBTT, foi encaminhado ao Ministério da Educação. Após análise, a minuta foi transformada na Medida Provisória 614/13 e publicada no Diário Oficial da União no dia 15 de maio.

A MP atende aos pleitos dos professores, expressos em diversas reuniões com os órgãos

competentes. Entre as demandas: requisito para ingresso na carreira, promoção acelerada para os professores após o estágio probatório sem concursos, redução no tempo de 20 para 10 anos de doutoramento ou experiência exigido para a prestação de concurso de Titular Livre, docentes em regime de DE devem ter mantidas as vantagens pecuniárias quando cedidos a órgãos estaduais, municipais ou do DF.

Departamentos recebem a Apub Sindicato em reuniões

Mantendo a linha de trabalho de ter contato direto com os professores e acreditando que a força de um sindicato decore da sua efetiva representatividade, a Apub visitou os departamentos da Faculdade de Ciência Contábeis e de Fonoaudiologia da UFBA, nos dias 5 e 9 de abril, respectivamente.

Em Contábeis, o diretor Social e de Aposentados da Apub, Joviniano Neto, ouviu as demandas dos professores, bem como a preocupação com a transferência para o novo prédio, prevista para setembro. A unidade tem se constituído como um exemplo de permanente busca de melhores condições de ensino e trabalho, comprovado com a valorização

de curso de didática, desenvolvido em parceria com a Faculdade de Educação. Os docentes reforçaram também a necessidade da realização de concursos para ampliar o quadro funcional e a implantação de três novos cursos de extensão.

O compromisso de superar as dificuldades para implantar o primeiro curso de Fonoaudiologia e difundir a profissão foi a principal pauta do encontro entre docentes e a direção da Apub Sindicato. Como não há fonoaudiólogos na rede do Estado, os professores têm de assumir mais tarefas nos estágios. De acordo com os docentes, a Clínica Escola já não comporta a demanda que, aliás, cresce a cada ano.



Professores do departamento de Fonoaudiologia da UFBA apresentaram demandas à diretoria da Apub

São poucas salas e um número reduzido de professores – ao todo 17 –, que assumem um mínimo de 10 horas de aula, tarefas de gestão e apoio administrativo. Como a profissão é nova, não há muitas opções de cursos de mestrado ou doutorado e, por isso, muitos docentes

ainda não têm essas titulações. Os docentes traçaram um plano de metas, que inclui qualificação docente, concursos para novos professores e auxiliares técnicos (fonoaudiólogos, médico otorrinolaringologista, assistente social) e administrativos; construção de prédio próprio.

Para o alcance destes objetivos, os docentes acreditam que a Apub, enquanto entidade representativa da categoria, pode apoiar nas negociações com a Reitoria e utilizar seus canais de comunicação para divulgar as reivindicações.

FUNPRESP

Defesa da carreira e da aposentadoria. A luta

Com o intuito de discutir dois temas fundamentais para os docentes da rede federal do ensino superior – Funpresp e nova carreira –, dezenas de professores se reuniram no auditório do antigo PAF III, da UFBA, no dia 21 de março. O evento, promovido pela Apub Sindicato, trouxe como palestrantes o professor Nilton Brandão, vice-presidente do Proifes Federação, e a servidora aposentada Vânia Prisca, especialista em legislação de pessoal.

Vânia abriu o debate diferenciando os regimes previdenciários existentes no Brasil: Previdência Social Geral (público, coordenado pelo INSS), regimes próprios (União, Estado, Município, DF) e Previdência Complementar (caráter privado, facultativa). Depois fez um breve histórico da Previdência Social no país, destacando as emendas 20 e 41, até a implantação do Funpresp.

De acordo com Prisca, a Emenda 20 determina que o aposentado não pode ganhar mais do que ganhava quando exercia as atividades, dessa forma, o teto do benefício seria a última remuneração no período de ativo. A partir da criação do fundo, para os que ingressaram a partir de fevereiro de 2013, a situação piora, o teto passa a ser considerado de acordo com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para aqueles que aderirem, que é de R\$ 4.159,00. O servidor que optar por receber mais do que esse valor terá de contribuir para a Pre-

vidência Complementar, podendo escolher entre 7,5%, 8% e 8,5%, sobre o valor que ultrapassar o teto.

É importante destacar que a contribuição do governo, embora argumente que é igual, não é na mesma proporção, pois a União não paga imposto nem taxas. Isso significa que é sobre o valor líquido. Portanto, será sempre menor do que a paga pelo servidor, embora o índice seja o mesmo. Apesar de ser opcional, a adesão é considerada desvantagem para quem já está na administração pública.

O diretor do Proifes Federação comunga da opinião da especialista de que a migração para o novo plano é uma “roubada”, partindo do ponto de vista de que é uma incógnita e não há nenhuma segurança, já que não se sabe quanto nem quando vai receber. Esta é uma questão totalmente à mercê das oscilações do mercado, o que ele chama de “ciranda financeira”.

Por conta disso, o vice-presidente destacou a necessidade de ampliar os debates sobre o tema, pois muitos ingressos de 2004 até 2012 não sabem que a integralidade da aposentadoria foi perdida. De acordo com o Proifes, este grupo corresponde a 55% do quadro de docentes da rede federal de ensino.

Os impactos na carreira

O cálculo de aposentadoria dos ingressantes entre 2004 e fevereiro de 2013 é com base nos 80% melhores contribui-



Especialistas esclarecem dúvidas sobre a nova Fundação de Previdência para os SPF

ções, quanto mais o docente progredir, melhor será a expectativa. No entanto, é preciso lembrar que esta média será sempre abaixo da última remuneração enquanto ativo. “Por isso, quanto menor o trajeto até o topo da carreira e quanto mais tempo nas classes e níveis finais, melhor para o professor. Essas condições permitem que o docente tenha um maior índice nas contribuições”, argumentou Nilton Brandão.

Os professores ressaltaram que a estabilidade é fundamental, pois dá a garantia

da valorização profissional. Os docentes reforçaram ainda que o novo formato imposto pelo governo federal é um abuso. “Esse fundo não é confiável. É uma enrolação”, afirma o professor Eduardo Fausto. Joviniano Neto, diretor da Apub, afirma que é preciso continuar denunciando os excessos do sistema e ampliar a mobilização pela valorização da categoria.

Professora Cláudia Miranda, assim como defende Brandão, afirma ser necessário agir em prol de toda a categoria do funcionalismo

público, não só dos professores. “Todos precisam saber o que significam essas perdas. Os riscos são enormes. Por isso, a campanha deve ser contrária a do governo: não aderir ao novo fundo e intensificar a luta”, completa. Para a presidente da Apub, é preciso ver as formas de intensificar a luta, a partir da união com outros sindicatos de SPF. Além da campanha, têm de ser implantados instrumentos eficazes para valer essas mudanças.

Para a professora Sandra Marinho, da Faced, é preciso

continua

se armar para revogar esta reforma. “Esse Funpresp é a privatização da Previdência. Vivemos cada dia mais a precarização. Em 2013, é temos que garantir a mobilização para avançar na luta”. De acordo com o dirigente do Proifes, “as estratégias a serem executadas têm de ser definidas em conjunto com todas as entidades envolvidas neste processo”.

Campanha alerta para prejuízos do novo fundo de Previdência

Diante das consequências da Reforma da Previdência, principalmente com a regulamentação da Fundação da Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais no começo do ano, o Sindicato lançou campanha para alertar os docentes sobre os problemas do fundo e orientar pela não adesão. Faixas pelas ruas e publicações nos meios de comunicação da entidade chamam a atenção dos docentes. Mas, este movimento não começou agora.

A Apub já realizou debate sobre o tema, no qual, inclusive, foi destacada a necessidade de mobilizar os trabalhadores de todas as categorias do serviço público federal contra o Funpresp. O entendimento é de que somente com amplo conhecimento sobre o tema é possível combater as investidas do governo pela adesão do plano, que é uma verdadeira desvantagem para os SPF.

A campanha da Apub destaca os principais problemas

do fundo e as perdas que os trabalhadores vão ter quando enquadrados nas novas regras da Previdência Complementar e alerta que a adesão dos professores ingressantes entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2013 – apesar da forte pressão do governo, com a propaganda de que o servidor vai ter outros benefícios para compensar, o que não é verdade –, não é confiável. A sugestão é que os docentes ingressantes até fevereiro de 2013 não façam a opção pela migração, visto que é irrevogável e irretratável.

Outro destaque é o fim da integralidade da aposentadoria após a Reforma, ocorrida no final de 2003, que já previa a implantação do Funpresp. Em suas faixas, o Sindicato lembra que a parte a ser repassada futuramente pela Funpresp é pecúlio e que o seu valor total e das retiradas dependerão da qualidade da gerância e da flutuação da economia. Por fim, a diretoria convoca toda a categoria a rejeitar, reagir e reafirmar a luta contra as severas consequências do Funpresp, que passou a valer em 4 de fevereiro deste ano.

Veja ao lado o quadro comparativo entre os fundos de Previdência e pensões de outras categorias de servidores federais já em vigor: Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) e Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social).

“

Todos precisam saber o que significam essas perdas. Os riscos são enormes. Por isso, a campanha deve ser contrária a do governo: não aderir ao novo fundo e intensificar a luta”. Cláudia Miranda



As faixas com frases de alerta foram veiculadas nos campi da UFBA, IFBA e UFRB

COMPARAÇÃO COM OUTROS FUNDOS

	PREVI	PETROS	FUNPRESP
Natureza	• Privado – Fechado – funcionários do Banco do Brasil e da Previ. Sem fins lucrativos	• Privado – Fechado – sem fins lucrativos, multipatrocinado. Para funcionários da Petrobras, mas tem outras empresas como clientes	• Privado, com participação pública – Fechado – Para servidores públicos federais
Fundação	• Em 1904 • Primeiro do país. • Maior da América Latina • Cerca de 312 mil associados (2011)	• Em março de 1970. Pioneira no mercado de previdência complementar. • Segunda colocada no ranking dos fundos de pensão em população total e em ativos de investimentos. Em número de participantes ativos, é a terceira. Cerca de 150 mil associados (2012)	• Em 4 de fevereiro de 2013
Teto	• Não estipulado	• Não estipulado	• R\$ 4.159,00 pela RGPS
Contribuição	• Mínimo de 7% do salário, acompanhados por valor equivalente do patrocinador	• 1,43% se a remuneração mensal for equivalente a até 10 salários mínimos (base no valor do salário mínimo vigente) • Se a remuneração mensal for superior a 10 salários mínimos, a contribuição é de 1,45%, limitada a 10 salários mínimos. Sobre o que exceder o valor equivalente aos 10 salários, contribui 11%	• 7,5%, 8% ou 8,5% sobre o que exceder o teto. O governo paga mesmo percentual, porém sobre o líquido, descontando taxas (pagas pelo contribuinte)

Fontes: sites da Previ, da Petros e do Funpresp

ASSEMBLEIA

Debates e decisões entusiasmam professores

Em assembleia realizada pela Apub no dia 18 de abril, no antigo PAF III da UFBA, em Ondina, filiados debateram temas fundamentais. A pauta previa a discussão sobre alteração da carreira, fundo de Previdência para os SPF e carga horária de aula. Sobre estes itens, as posições, majoritariamente, convergiram.

Carreira

O primeiro assunto a ser discutido foi carreira, com base nas mudanças ocasionadas pela Lei 12.772/12, sancionada no começo deste ano, principalmente no que se refere à forma de ingresso nas IFE a partir de 1º de março. Os docentes destacaram os prejuízos e defenderam a necessidade de garantir a autonomia da universidade pública para determinar critérios, respeitando as diversidades de cada área.

Na oportunidade, a professora Cláudia Miranda informou sobre o documento divulgado pelo Conselho Superior da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que considerava a lei um retrocesso. Pelo texto, o ingresso na carreira docente somente no primeiro nível desvalorizaria o doutorado e ignoraria o número crescente de doutores formados, o que desestimularia a atração de jovens qualificados e ameaçaria a qualidade das IFE. Henrique Saldanha, professor de Medicina Preventiva da UFBA, acredita que a categoria quer uma carreira que garanta direitos iguais a todos.

A Capes observava ainda que a nova legislação não teria tratado adequadamente a colaboração esporádica em assuntos de especialidade e seguiria em sentido contrário à Lei de Inovação Tecnológica (10.973/2004), que estimularia a participação ativa de docentes das Instituições Públicas de Pesquisa em projetos

que envolvam as instituições de ciência e tecnologia e empresas.

Para o professor Ubiratan Félix, vice-presidente da Apub, a universidade é que tem que definir as regras para os concursos, de acordo com as demandas de cada unidade. “É preciso defender e garantir a autonomia da instituição de ensino. Afinal, o professor não trabalha somente para a universidade. Ele tem que contribuir com a sociedade”.

Por conta dos problemas relativos às alterações na carreira, a assembleia exigiu a reabertura da negociação da carreira com o governo federal. Além disso, nova assembleia sobre o tema ficou definida para o início do semestre letivo na UFBA. A plenária aprovou a execução de ações imediatas por parte da Apub para pressionar o Ministério da Educação a definir as diretrizes gerais de progressão para titular. Somente após esta medida é que as IFE poderão determinar as regras específicas.

Funpresp

A Funpresp também levantou questões bastante polêmicas. Após serem informados da campanha da Apub contra a adesão à Fundação da Previdência Complementar dos SPF por aqueles que podem optar, os professores reforçaram que é preciso ampliar esta luta, por conta das graves perdas geradas, e aliá-la à luta mais geral de denúncia e pela revogação da Reforma da Previdência de 2003.

“Não há meio termo. É só perda para os servidores. O governo faz as mudanças que bem entende e depois nós temos de correr atrás para tentar minimizar os prejuízos. Queremos nos aposentar com salário integral”, diz o professor aposentado Aurélio Lacerda.

Para os professores, que con-



Pontos polêmicos para a categoria foram discutidos pela plenária

sideraram o fundo um ataque aos servidores públicos federais, a discussão sobre a Reforma da Previdência tem de ser ampliada, inclusive com a realização de novo debate no começo deste semestre letivo, com as presenças de especialistas e representantes do Proifes, da Andes e da Auditoria Cidadã.

A plenária aprovou a disponibilização e distribuição do texto “Defender a aposentadoria. O que podemos fazer? Subsídios para a discussão”, elaborado pelo diretor Social e de Aposentados da Apub, Joviniano Neto, no qual são citadas as “gerações” dos grupos de aposentados diante da Previdência e as principais bandeiras de luta, gerais e de cada “geração”. Confira o texto na íntegra no site da Apub.

Carga horária

No entendimento dos docentes, é preciso ampliar o debate e a mobilização nas unidades, para garantir a definição pelo Consuni (Conselho Universitário) do mínimo de 8 horas em sala de aula. Outro item apontado pela plenária foi a regulamentação do número de alunos por turma, guardadas as especificidades e particularidades

de cada curso.

“Este assunto é de interesse geral, pois todos sofreremos pressão dentro dos departamentos. Cada um determina uma carga diferente, de acordo com o interesse no momento, oito ou 12 horas. É preciso fazer alguma coisa”, cobrou o professor Antônio Lobo, do IGEO. Aurélio Lacerda esclareceu que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) determina o mínimo, mas que caberia às IFE estipular o máximo em sala de aula. “O problema é que só conta as horas presenciais”, complementa. Diante disso, os docentes apontaram que é necessária uma discussão ampla para fazer a instituição incluir as atividades extraclasse, como estudo, preparação de aulas e avaliações, orientação e outros, na carga horária.

Na oportunidade, a presidente da Apub, Cláudia Miranda, lembrou que o assunto foi pauta em audiência com a Reitora Dora Leal no começo do ano.

Marcha em Brasília

Na assembleia, após grande debate, foi aprovada a incorporação da Apub à marcha dos trabalhadores, no dia 24 de abril,



em Brasília. A decisão se deu pela diferença de apenas um voto. Apesar da concordância quanto a vários dos objetivos, houve questionamentos pela utilização, na argumentação pela revogação em lugar de anulação da Reforma da Previdência, de vinculação com o suposto “mensalão”.

Em cumprimento à deliberação, a Apub encaminhou delegação a Brasília com os professores Henrique Saldanha (Medicina Preventiva), Isabela Oliveira (Direito), Lana Bleicher (Odontologia), Gilca Garcia (Economia), Altino Bonfim (Filosofia), Maria Cecília de Paula (Faced), Rilmir Lopes (Faced), Sandra Marinho (Faced).

Moção de repúdio

Outra determinação da plenária foi a aprovação da moção de repúdio ao Proifes Federação pela interpelação judicial a um professor, cobrando esclarecimento por declaração na TV e, à direção anterior da Apub. O documento foi aprovado por 18 votos contra 12 e uma abstenção do professor Joviniano Neto, que a considera uma versão reducionista, parcial e injusta dos fatos.



Apub e ADUnB realizam seminário sobre movimento docente

As diretorias da ADUnB-Seção Sindical e Apub Sindicato realizaram o seminário Movimento docente: presente e futuro. De acordo com a direção da Apub, o objetivo foi discutir a situação do movimento docente em todo o país e os problemas que as associações enfrentam, além de aproximar as entidades entre si e fortalece-las enquanto entidades representativas de base.

O evento, realizado nos dias 17 e 18 de maio, no Hotel Sol Victória Marina, em Salvador, reuniu entidades de base representativas de professores do ensino público federal. Os dirigentes sindicais socializaram informações e juntos discutiram e avaliaram a situação do movimento e estratégias para encaminhamentos de reivindicações da categoria.

Outro ponto importante no debate foram as formas e implicações legais de organização sindical local e nacional da categoria. O debate envolveu três eixos temáticos: expansão da educação pública federal, carreira docente e aposentadoria; pesquisa, Ciência e Tecnologia e organização sindical dos docentes.

Dia Nacional de Mobilização da CUT na Bahia

Ônibus e vans que levavam trabalhadores para o Polo Petroquímico de Camaçari e outras indústrias da região foram parados na BR 324, no dia 18 de abril. A ação era parte do Dia Nacional de Mobilização, promovido pela CUT (Central Única dos Trabalhadores). O presidente da sessão Bahia da Central, Cedro Silva, destacou que a entidade, no ano em que comemora 30 anos, está nas ruas em defesa de uma extensa agenda de lutas.

Entre os destaques, a necessidade de impedir a aprovação do PL 4330, que autoriza a terceirização no serviço público e libera a empresa das responsabilidades trabalhistas.

Outras bandeiras em des-

taque foram: redução de jornada para 40 horas semanais; fim do fator previdenciário; igualdade de oportunidades; valorização dos aposentados; 10% do PIB para a educação; ratificação da Convenção 158 e regulamentação da Convenção 151 da OIT.

Este ano, a Apub completa 25 anos de filiação à Central.

Câmara e Senado aprovam PL que cria universidades

O projeto de lei 2.204/11, que cria a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), com o desmembramento do campus de Barreiras da UFBA, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, no dia 17 de abril. Em apreciação no Senado, a matéria foi aprovada.

Inicialmente, a instituição de ensino contará com quatro campi (Barra, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria de Vitória e Luís Eduardo Magalhães), nos quais serão oferecidos 35 cursos para 7.930 estudantes. Com a nova IFES, serão criados 765 cargos públicos efetivos, além de outros cargos de direção e funções gratificadas.



Trabalhadores seguiram em marcha pela BR 324



Audiências foram realizadas nas cidades que vão abrigar a Ufob

Comissão

Antes de ser apresentado o parecer do relator, o deputado federal baiano Artur Maia (PMDB), a comissão de implantação da nova instituição de ensino, presidida pelo professor Luiz Rogério, vice-reitor da UFBA, realizou audiências nas cidades onde vão ser instaladas as unidades da Ufob.

Na pauta das reuniões, estrutura organizacional, fixação docente, autonomia administrativa dos campi, formas de ingresso, gestão e planejamento, políticas de estado para implantação e fixação, estruturas para pesquisa, áreas de implantação, modelos de ciclos, licenciaturas para formação de professores, entre outros temas.

Conae 2014 começa a ser organizada

Aconteceu nos dias 3 e 4 de maio, em Brasília, a 2ª reunião preparatória do Proifes para a Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014) – lançada no dia 10 de abril pela Comissão de Educação da Câmara Federal. Os temas que nortearam as discussões foram: O PNE e o Sistema Nacional de Educação Organização e Regulação; Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Cultura, Ciência, Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente; Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social; Valorização dos Profissionais da

Educação: Formação, Remuneração, Carreira e Condições de Trabalho; Financiamento da Educação, Gestão, Transparência e Controle Social dos Recursos. O professor João Augusto Rocha representou a Apub na reunião.

Ações

O Conselho Deliberativo do Proifes decidiu realizar diversas atividades, além de encaminhamentos do Fórum Nacional da Educação. Entre estas, conferências via internet e vídeo-conferências. Será realizada ainda uma exposição detalhada da equipe do MEC/CONAE, com ênfase na Conferência Livre, de 6 a 18 de maio, além de informações técnicas em relação à Conferência Virtual que será realizada e à Conferência Presencial, marcada para 12 de agosto, em João Pessoa (PB).

Consuni aprova novo regimento interno da UFBA

O novo Regimento da Reitoria da Universidade Federal da Bahia foi aprovado por unanimidade na assembleia do Conselho Universitário (Consuni), no dia 9 de maio. Foram criadas mais cinco superintendências – Administração Acadêmica, Avaliação e Desenvolvimento Institucional, Tecnologia da Informação, Ensino a Distância, Meio Ambiente e Infraestrutura – e o Núcleo de Apoio à Pessoa Deficiente. O documento é resultado de dois anos de discussões.

De acordo com a reitora Dora Leal Rosa, a atualização das normas permite uma nova arquitetura administrativa da instituição. O novo regimento será divulgado posteriormente com a versão final.

SUA SAÚDE

Assembleia discute reajuste

Em assembleia realizada em 8 de maio, pela Apub Saúde, foi aprovado reajuste de 15%, a ser aplicado a partir de junho. De acordo com a diretoria, o índice é necessário para equilibrar as contas e manter o plano em pleno funcionamento.

O aumento acatado pela plenária é independente do reajuste anual autorizado pela ANS, cuja data-base é em outubro. Na ocasião, será realizada outra assembleia para discutir o novo valor. Se houver outro reajuste, a cobrança só será feita em janeiro de 2014.

Durante a assembleia tam-

bém foram apresentados o balanço das contas referentes ao Exercício Social de 2012, o parecer da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal e o relatório da Diretoria Executiva. Foi aprovada ainda a substituição do professor Joviniano Neto, suplente do Conselho Deliberativo do plano. Assumiu o cargo a professora aposentada Virgínia Guimarães Almeida (Biologia - UFBA).

Serviço complementar

Outra questão em debate na diretoria do plano é o ser-

viço de home care. Apesar de não ser um benefício exigível pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), será mantido pela Apub Saúde. A presidente do Conselho Deliberativo da operadora, Uilma Amazonas, afirma que não há reclamações acerca dos serviços prestados pelas duas empresas terceirizadas - SOS Vida e Bahia Home Care -, mas destaca que o acompanhamento e os cuidados da família com o paciente são fundamentais.

Missão: cuidar das vidas dos trabalhadores em Educação

A operadora Apub Saúde é uma empresa de autogestão não patrocinada. Ou seja, é custeada pelos próprios associados - que são trabalhadores da Educação -, não se revestindo dos princípios capitalistas das grandes operadoras do mercado.

A subsistência dos sistemas autogestionais de assistência à saúde suplementar é um desafio. Por conta disso,

é necessário o uso consciente dos assistidos, que devem prezar pelo crescimento com qualidade da Apub Saúde, que completa 19 anos de fundação agora em 2013.

Faça já a sua adesão e ajude a fortalecer a operadora, cuja missão é cuidar de vidas.

Para saber mais, acesse a página na internet www.apub-saude.com.br ou ligue para 71 2103-9200.

Campanha de vacinação agita o Sindicato

O dia de maio foi marcado pela campanha de vacinação contra a gripe para pessoas com idade superior a 60 anos, realizada pela Apub Sindicato e pela Apub Saúde. A ação foi em continuidade à campanha do governo federal, ocorrida em abril em todo o país.

A movimentação na sede da Apub foi grande. Durante todo o dia, foram aplicadas cerca de 100 vacinas.



O dia 14 de maio foi de vacinação na Apub Sindicato e na Apub Saúde. Foram aplicadas cerca de 100 injeções



autogestão | 100% de satisfação | ampla rede de atendimento

CUIDAR DE QUEM CUIDA DA EDUCAÇÃO É NOSSA ESPECIALIDADE

Operadora de saúde exclusiva no atendimento aos profissionais da área de ensino da Bahia

71 2103-9200
www.apubsaude.com.br

www.facebook.com/apubsaude

APUB SAÚDE
Desde 1993

Faça aqui sua adesão

ANS - Nº 34312-9